

A EVOLUÇÃO DAS ROTAS DO TRÁFICO DE DROGAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: FATORES GEOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS

THE EVOLUTION OF DRUG TRAFFICKING ROUTES IN THE BRAZILIAN AMAZON: GEOGRAPHIC, SOCIOECONOMIC, AND POLITICAL FACTORS

Antonio José Cacheado Loureiro¹
Cecílio Muller Lima Cordeiro²
Italo Jeffersson Fernandes Pacheco³
Flávio Carvalho Cavalcante⁴

RESUMO: Este artigo analisa, por meio de revisão bibliográfica, a dinâmica do narcotráfico na Amazônia brasileira, com foco nas principais rotas de escoamento de drogas e nas estratégias estatais de enfrentamento. A região amazônica destaca-se no tráfico internacional de cocaína devido à sua extensa malha hidrográfica, à porosidade das fronteiras e à limitada presença do Estado. As rotas fluviais, especialmente nos rios Solimões e Japurá, configuram os principais corredores logísticos, integradas a rotas terrestres e aéreas clandestinas. O estudo examina operações integradas, a atuação das Bases Fluviais Arpão e o uso de inteligência e monitoramento, apontando avanços e limitações. Conclui-se que o combate ao narcotráfico na Amazônia exige políticas públicas integradas e de longo prazo, articulando repressão qualificada, inteligência estratégica e cooperação internacional.

Palavras-chave: Narcotráfico. Amazônia. Rotas do tráfico. Crime organizado. Políticas públicas.

1

ABSTRACT: This article analyzes, through a bibliographic review, the dynamics of drug trafficking in the Brazilian Amazon, focusing on the main trafficking routes and state strategies to combat this phenomenon. The Amazon region plays a strategic role in international cocaine trafficking due to its extensive river network, porous borders, and limited state presence. River routes, especially along the Solimões and Japurá rivers, are the main logistical corridors, integrated with land and clandestine air routes. The study examines integrated operations, the Arpão river bases, and the use of intelligence and monitoring technologies, highlighting advances and limitations. It concludes that combating drug trafficking in the Amazon requires integrated and long-term public policies combining qualified repression, strategic intelligence, and international cooperation.

Keywords: Drug trafficking. Amazon region. Trafficking routes. Organized crime. Public policies.

¹Doutorando em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

²Especialista em Direito Penal e Criminologia pela UNINTER.

³Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus.

⁴Doutorando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM. Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos – UEA. Bacharel em Direito e em Segurança Pública, com especializações na área de Segurança Pública, Inteligência, Gestão Pública e Direito Militar. Oficial da Polícia Militar do Amazonas, com atuação em Inteligência e Investigação Criminal junto ao MPAM. Docente de Inteligência de Segurança Pública no CFO/PMAM-UEA e pesquisador na área de gestão estratégica, análise criminal e inteligência de segurança pública.

I. INTRODUÇÃO

Hodiernamente, a Amazônia brasileira, historicamente vista como um dos ecossistemas mais ricos do planeta, tornou-se também palco de uma das mais complexas redes de narcotráfico da atualidade. Em meio a rios que funcionam como verdadeiras rodovias naturais, fronteiras extensas e áreas de difícil acesso, consolidam-se rotas que abastecem o mercado internacional de drogas e fortalecem facções criminosas nacionais e estrangeiras.

A dimensão geográfica da região e a presença limitada do Estado criam condições ideais para a circulação de ilícitos, transformando a Amazônia em um corredor estratégico para o tráfico de cocaína produzida principalmente no Peru, na Colômbia e na Bolívia. Buscar compreender como essas rotas evoluíram ao longo das últimas décadas é fundamental para analisar a dinâmica do crime organizado e suas implicações para a segurança pública, a soberania nacional e as populações amazônicas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução das rotas do tráfico de drogas na Amazônia brasileira, identificando os principais fatores que moldaram sua formação e reconfiguração ao longo das últimas décadas. Como objetivos específicos busca-se entender como funcionam as rotas do tráfico e propor soluções para impedir essa logística do crime.

A problemática central que orienta este estudo é: Como as rotas do tráfico de drogas na Amazônia brasileira evoluíram ao longo do tempo e quais fatores geográficos, socioeconômicos e políticos influenciam essa transformação?

Tal pesquisa justifica-se pelo crescimento do crime organizado na região amazônica, que afeta diretamente a segurança das fronteiras e a integridade territorial, e por consequência acaba atingindo negativamente o cotidiano de centenas de comunidades ribeirinhas e indígenas. A expansão de facções brasileiras e estrangeiras e o fortalecimento de novas rotas ilícitas demonstram um fenômeno em constante transformação, exigindo-se análises atualizadas que subsidiem políticas públicas mais eficientes.

A produção científica sobre o tema tem avançado, porém ainda há lacunas importantes quanto à compreensão integrada entre geografia, política, economia ilegal e estratégias de combate (lacunas estas que este estudo busca contribuir para preencher).

Espera-se que este trabalho contribua para ampliar o entendimento sobre os mecanismos que sustentam o narcotráfico na região, fornecendo uma visão abrangente e crítica sobre sua evolução e seus determinantes. Por fim, pretende-se também oferecer subsídios

teóricos e analíticos que apoiem a formulação de políticas públicas mais integradas e estratégias mais eficazes no enfrentamento ao tráfico de drogas na Amazônia brasileira.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, voltada a reunir, comparar e interpretar a produção científica disponível sobre as rotas do tráfico de drogas na Amazônia brasileira. Foram consultados artigos acadêmicos, livros, relatórios institucionais, documentos governamentais, dissertações e teses que tratam de narcotráfico, segurança pública, geopolítica amazônica e crime organizado.

A busca foi realizada em bases como Scielo, Google Scholar, Portal CAPES e repositórios oficiais, utilizando combinações de palavras-chave como “Amazônia”, “narcotráfico”, “rotas fluviais”, “tríplice fronteira”, “crime organizado” e “cocaína”.

Conforme Rodrigues (2023), ao identificar caminhos e rotas vulneráveis do tráfico de entorpecentes na Amazônia, a pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico para mapear as principais rotas, modos de operação das organizações criminosas e estratégias de enfrentamento, indicando a importância da revisão de literatura para compreensão de fenômenos complexos como o narcotráfico transnacional.

A seleção do material considerou critérios de relevância temática, atualidade, consistência metodológica e pertinência com os objetivos do estudo. As informações foram analisadas por meio de leitura crítica e comparação entre diferentes abordagens teóricas e empíricas, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas presentes na literatura.

Tal metodologia possibilita compreender a evolução das rotas do tráfico na região amazônica e reunir evidências que subsidiem reflexões sobre políticas de combate e estratégias de enfrentamento. Segundo Couto (2023), ao analisar a geografia das redes do narcotráfico na Amazônia, a metodologia de análise documental e revisão de literatura foi fundamental para compreender a complexidade do fenômeno, dada a multiplicidade de dados e abordagens necessárias para mapear as rotas da droga na região.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Narcotráfico Transnacional: Conceito e Dinâmicas Gerais

O narcotráfico transnacional é caracterizado como um fenômeno criminal complexo, articulado em redes que atravessam fronteiras nacionais, conectando países produtores,

corredores logísticos e mercados consumidores. Essas redes combinam estruturas hierárquicas tradicionais com modelos flexíveis e descentralizados, capazes de se adaptar rapidamente a mudanças no ambiente político, econômico ou territorial.

O tráfico internacional de cocaína, em particular, depende de cadeias logísticas clandestinas que envolvem transporte fluvial, terrestre e aéreo, utilizando mecanismos de corrupção, violência e infiltração social para garantir sua permanência. O caráter transnacional do crime cria desafios adicionais aos Estados, que precisam coordenar ações multilaterais para exercer controle efetivo sobre rotas ilícitas.

Conforme apontado por Nicolai (2025), “este comércio é bastante lucrativo e tem sido operado por organizações criminosas transnacionais, de difícil identificação tampouco localização, movimentando cocaína por meio de redes que cruzam fronteiras e desafios institucionais, o que evidencia a complexidade logística e adaptabilidade dos grupos envolvidos no narcotráfico internacional.

3.1.1 A Amazônia como Espaço Estratégico do Crime Organizado

Segundo Jacarandá (2024), “apesar de não serem rotas novas, a combinação entre vastidão territorial, fragilidade institucional e facilidade de deslocamento por terra vem tornando a Amazônia cada vez mais atraente para a operação dos grupos criminosos e o reordenamento das redes de tráfico de cocaína.” A região amazônica se destaca como uma área de elevada vulnerabilidade devido ao conjunto de condições geográficas e socioeconômicas que favorecem a circulação de ilícitos.

Outrossim, a extensa malha hidrográfica, composta por rios caudalosos e navegáveis, funciona como verdadeiro sistema de transporte natural, permitindo o deslocamento de embarcações por longas distâncias sem fiscalização constante. A presença de fronteiras porosas com Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela facilita o fluxo transfronteiriço de drogas e insumos químicos. Essas características, combinadas com baixa densidade populacional, ausência histórica do Estado e precariedade estrutural, contribuem para a instalação de grupos criminosos que utilizam a região como corredor de exportação de cocaína produzida nos países andinos.

3.1.2 Evolução Histórica das Rotas Ilícitas na Calha Amazônica

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2025) “A Amazônia brasileira se consolidou como corredor estratégico para o tráfico internacional de drogas, utilizando hidrovias, estradas clandestinas e pistas de pouso improvisadas que ligam municípios de fronteira a portos exportadores.”

As rotas do narcotráfico na Amazônia não são estáticas. Ao longo das últimas décadas, transformaram-se em resposta a mudanças políticas, operações repressivas, disputas entre organizações criminosas e alterações no mercado internacional de drogas. Nas décadas de 1980 e 1990, predominava o domínio dos cartéis colombianos, que utilizavam o Rio Solimões e áreas próximas à tríplice fronteira como centro logístico.

Já nos anos 2000, a intensificação do cultivo de coca no Peru e na Bolívia redirecionou parte do fluxo, fortalecendo rotas pela região do Javari e do Alto Solimões. A partir de 2010, com a expansão de facções brasileiras como o PCC, Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FDN), a disputa pelo controle territorial tornou-se mais violenta e mais organizada, resultando em fragmentação de áreas estratégicas e estabelecimento de microcorredores de escoamento. Atualmente, as rotas fluviais continuam predominantes, mas há crescente uso de aviões de pequeno porte, pistas clandestinas e embarcações rápidas.

3.1.3 Fatores Geográficos, Socioeconômicos e Políticos que Influenciam as Rotas

Para Lasmar (2025) “A sofisticação das operações criminosas e o uso de infraestruturas legais para ocultar atividades ilícitas dificultam o combate ao tráfico, com os criminosos adaptando suas redes em resposta às ações repressivas do Estado.”

Vários fatores contribuem para a manutenção ou mudança das rotas utilizadas pelo narcotráfico. Quanto as questões geográficas, a densidade da floresta, a disponibilidade de rios extensos e a falta de infraestrutura viária criam um ambiente naturalmente favorável às atividades clandestinas. No âmbito socioeconômico, comunidades ribeirinhas e indígenas frequentemente convivem com vulnerabilidade social, ausência de serviços públicos e escassez de alternativas econômicas, o que facilita a cooptação por organizações criminosas.

Por sua vez, fatores políticos incluem fragilidades institucionais, baixa articulação entre órgãos de segurança, limitações logísticas do Estado e insuficiente presença governamental nas zonas de fronteira. A combinação dessas variáveis torna a Amazônia um território estratégico e simultaneamente difícil de controlar.

3.1.4 A Presença das Facções Brasileiras na Reconfiguração do Narcotráfico

Segundo Balieiro (2015), “a pesquisa aponta que as redes de tráfico de drogas na região amazônica se reorganizam continuamente sob a influência de estruturas criminais em disputa, o que reforça a importância de compreender as facções criminosas como agentes ativos na reconfiguração das rotas ilícitas e nas dinâmicas de poder territorial.” Nos últimos anos, a expansão de facções brasileiras para a região amazônica provocou mudanças profundas nas estruturas do narcotráfico.

O PCC consolidou acordos diretos com produtores peruanos e bolivianos, reduzindo intermediários e aumentando sua influência. O CV, por sua vez, intensificou sua presença na área de fronteira com a Colômbia, entrando em conflito com grupos rivais. A FDN, historicamente dominante no Amazonas, perdeu espaço após rupturas internas e ofensivas policiais, o que gerou disputas violentas pelo controle das rotas do Solimões. Essa nova geopolítica criminal ampliou a fragmentação territorial e elevou os índices de violência, fortalecendo a necessidade de políticas integradas de enfrentamento.

3.2 Caracterização Geográfica e Geopolítica da Amazônia Brasileira

Com extensão territorial superior a cinco milhões de quilômetros quadrados, a região amazônica é marcada por vastas áreas de floresta densa, baixa densidade demográfica e grandes distâncias entre centros urbanos, fator que dificulta determinadas operações, bem como a presença contínua do Estado e a fiscalização efetiva do território.

Cria-se assim, condições favoráveis para a circulação clandestina de mercadorias ilícitas, especialmente drogas. A complexidade do ambiente amazônico impõe desafios logísticos às forças de segurança e contribui para a consolidação de rotas alternativas utilizadas pelo narcotráfico. Para Jacarandá (2024) “a combinação entre vastidão territorial, fragilidade institucional e facilidade de deslocamento por terra e hidrovia vem tornando o sudoeste amazônico cada vez mais atrativo para a operação de grupos criminosos, evidenciando a importância estratégica do território amazônico para rotas do narcotráfico.”

De acordo com Aiala Couto (2023), “Na segunda década do século XXI, observa-se a crescente presença de organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas na Amazônia, com destaque para as rotas fluviais que cruzam a bacia amazônica e que têm papel central como corredores logísticos dessa atividade ilícita.” Um dos elementos centrais dessa dinâmica é a extensa malha hidrográfica da Amazônia, composta por rios de grande porte e elevada

navegabilidade, como o Solimões, Amazonas, Negro, Madeira, Japurá, Juruá e Purus. Esses rios funcionam como verdadeiras “rodovias naturais”, permitindo o deslocamento de pessoas e cargas por longas distâncias com baixo custo e reduzida capacidade de controle estatal.

Em muitas áreas, o transporte fluvial representa o único meio de acesso, o que facilita o uso de embarcações de pequeno e médio porte para o escoamento de drogas, muitas vezes camufladas em cargas legais ou misturadas ao fluxo cotidiano de mercadorias e passageiros. “Regiões de fronteira amazônica, como a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, apresentam características de baixa vigilância e porosidade que favorecem o trânsito irregular de entorpecentes e a consolidação de corredores logísticos para o narcotráfico.” (JACARANDÁ, 2024)

No que tange a questão geopolítica, a Amazônia brasileira ocupa posição estratégica ao fazer fronteira direta com países historicamente associados à produção de cocaína, como Peru, Colômbia e Bolívia. Essas fronteiras, em grande parte naturais e pouco vigiadas, caracterizam-se por elevada porosidade, favorecendo o trânsito irregular de pessoas, insumos químicos e entorpecentes. Regiões como a tríplice fronteira e especialmente no entorno de Tabatinga, Leticia e Santa Rosa, tornaram-se pontos sensíveis para a entrada de drogas no território nacional, consolidando-se como entraves logísticos fundamentais das redes do narcotráfico transnacional.

7

“A presença de estruturas consolidadas ou em processo de consolidação do crime organizado na Amazônia tem sido destacada como fator que intensifica a violência e as disputas pelas principais rotas utilizadas pelas redes ilegais.” (COUTO, 2023) A dimensão geopolítica da Amazônia envolve disputas por controle territorial entre organizações criminosas, facções nacionais e grupos estrangeiros.

Percebe-se que a região deixou de ser somente um espaço de passagem e passou a integrar de forma ativa a cadeia logística do tráfico, com áreas destinadas ao armazenamento, redistribuição e proteção armada das rotas. Com a presença crescente de facções brasileiras, intensificou-se conflitos, tornando-se fundamental retomar o controle dessas áreas por uma questão de segurança nacional.

Ainda aduz Couto (2023) que “a região amazônica apresenta um conjunto de fatores territoriais, sociais e institucionais que moldam a atuação de redes criminosas, exigindo uma compreensão integrada e políticas públicas adaptadas às especificidades locais da criminalidade transnacional.” Fica claro que o narcotráfico não se estabelece apenas em função da ausência

do Estado, mas também da combinação entre fatores naturais, estratégicos e políticos que moldam o território. A compreensão desses fatores é indispensável para análise da evolução das rotas ilícitas e para fundamentar políticas públicas capazes de enfrentar o problema de forma integrada, considerando as especificidades regionais e a complexidade do crime transnacional.

3.3 Evolução Histórica das Rotas do Tráfico de Drogas na Amazônia

A evolução das rotas do tráfico de drogas na Amazônia brasileira está diretamente relacionada às transformações do mercado internacional de drogas, às estratégias adotadas pelos grupos criminosos e às respostas estatais ao longo do tempo. Longe de constituírem trajetos fixos, essas rotas se reorganizam continuamente em função de operações repressivas, disputas territoriais e mudanças nos países produtores e consumidores. “Na região amazônica de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, as organizações criminosas se valem das vulnerabilidades locais geradas pela ausência de políticas públicas e pela fragilidade institucional para expandir as atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, que se reconfigura continuamente ao longo das últimas décadas.” (ROSAS NETO, 2023)

Para Balieiro (2023) “A tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia é identificada como uma das principais portas de entrada dos entorpecentes produzidos nos Andes, representando um corredor estratégico utilizado historicamente pelo narcotráfico para alcançar o interior do Brasil.” Durante as décadas de 1980 e 1990, o narcotráfico na região amazônica esteve fortemente associado à atuação dos grandes cartéis colombianos.

Na época, o Brasil era majoritariamente um país de trânsito, utilizado para o escoamento da cocaína produzida na Colômbia em direção aos mercados da Europa e dos Estados Unidos. As rotas amazônicas funcionavam como alternativas estratégicas diante do aumento da repressão em corredores tradicionais do Caribe e da América Central.

O uso dos rios amazônicos, especialmente na região do Alto Solimões e da tríplice fronteira, permitia o transporte discreto da droga até centros urbanos maiores, como Manaus, de onde seguia para outras regiões do país. “A Amazônia brasileira, em especial suas fronteiras com países andinos, tem se firmado como espaço logístico para o escoamento da cocaína, integrando corredores que combinam transporte terrestre, fluvial e aéreo a partir das zonas de produção próximas ao Peru e à Bolívia.” (NICOLAI, 2025)

Para Netto (2025) “O desenvolvimento de novas rotas envolvendo o transporte fluvial e terrestre da cocaína originária da Bolívia e do Peru caracterizou uma nova fase do narcotráfico na Amazônia, ampliando a complexidade dos fluxos ilícitos e exigindo estratégias diferenciadas de combate.”

A partir dos anos 2000, observa-se uma reconfiguração importante dessas rotas, impulsionada pela intensificação do cultivo de coca no Peru e na Bolívia. Esse deslocamento da produção ampliou a relevância da fronteira amazônica brasileira, fortalecendo corredores fluviais e terrestres que conectam diretamente esses países ao interior do Brasil. Passou-se a integrar etapas intermediárias da cadeia logística do tráfico, incluindo armazenamento, redistribuição e proteção armada das cargas ilícitas.

Segundo Magalhães (2023), o narcotráfico local no Amazonas surgiu nos anos 2000, de forma geral, com participação das organizações maiores da região sudeste, que participavam da produção, transporte e distribuição de drogas, além de estarem envolvidos em outras atividades criminosas locais. A existência de grupos organizados, principalmente na capital Manaus, foi exposta em 2003, com o Estatuto dos Amigos do Amazonas (AAM), pequeno grupo criminoso que atuava em alguns bairros da capital.

No período posterior a 2010, ocorre uma transformação decisiva com a expansão e consolidação de facções criminosas brasileiras na região amazônica. Organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN) passaram a estabelecer alianças diretas com produtores andinos, reduzindo intermediários e assumindo maior controle sobre as rotas de entrada da droga no território nacional. Essa mudança resultou em intensificação das disputas territoriais, aumento da violência e fragmentação das rotas em múltiplos corredores menores, dificultando a atuação do Estado.

Mais recentemente, observa-se uma diversificação ainda maior das modalidades de transporte utilizadas pelo narcotráfico na Amazônia. Embora as rotas fluviais continuem predominantes, há crescente uso de aeronaves de pequeno porte, pistas clandestinas, estradas vicinais e embarcações rápidas, que permitem maior flexibilidade e capacidade de evasão. As organizações criminosas passaram a explorar rotas alternativas que conectam a região amazônica a outras áreas do país, como o Nordeste e o Sudeste, ampliando o alcance do tráfico e sua integração ao mercado interno. “As facções criminosas no âmbito amazônico adaptam suas rotas e métodos de transporte, combinando hidrovias, pistas clandestinas e rotas terrestres

em resposta às ações de fiscalização, configurando um sistema logístico complexo e resiliente às ações do Estado.” (ALVES DE SOUZA; REBOUÇO ASSEM; MARIA DA SILVA CURSINO, 2025)

3.4 Atualidade: Rotas Fluviais, Terrestres e Aéreas Emergentes

Na atualidade, o narcotráfico na Amazônia apresenta uma configuração marcada pela diversificação e integração de rotas fluviais, terrestres e aéreas, demonstrando elevada capacidade adaptativa das organizações criminosas frente ao avanço das políticas de repressão estatal. A combinação desses modais logísticos evidencia a complexidade das redes ilícitas que operam na região, explorando a extensa malha hidrográfica, a porosidade das fronteiras internacionais e as limitações estruturais do Estado no controle territorial. Estudos apontam que a dificuldade histórica de fiscalização, associada à localização estratégica da Amazônia no contexto sul-americano, favorece a consolidação de corredores logísticos altamente funcionais para o tráfico internacional de cocaína (NETTO et al., 2025).

Entre as rotas fluviais contemporâneas, destaca-se o eixo formado pelos rios Solimões e Japurá, considerado atualmente o principal corredor do narcotráfico na Amazônia brasileira. Essas hidrovias funcionam como vias privilegiadas para o escoamento da droga proveniente, sobretudo, da Colômbia e do Peru, permitindo o transporte de grandes volumes de entorpecentes com menor custo operacional e reduzido risco de interceptação. A centralidade dessas rotas está diretamente relacionada à intensa circulação de embarcações, à complexidade da fiscalização fluvial e à proximidade com zonas de fronteira internacional, fatores que historicamente favorecem a atuação de organizações criminosas na região (RIBEIRO, 2022).

No eixo Solimões–Japurá, observa-se a consolidação de rotas amazônicas que seguem em direção ao Nordeste brasileiro. Nesse fluxo, a droga percorre inicialmente os rios amazônicos até centros urbanos estratégicos, especialmente no estado do Pará, de onde passa a ser redistribuída por meio de rotas terrestres, utilizando rodovias federais e estaduais. O Nordeste assume papel estratégico tanto como mercado consumidor quanto como plataforma de exportação para a Europa e a África, em razão de sua posição geográfica e da presença de portos com intensa movimentação comercial, o que amplia a complexidade logística do tráfico (NETTO et al., 2025).

Paralelamente às rotas fluviais e terrestres, as rotas aéreas clandestinas continuam desempenhando papel relevante na dinâmica do narcotráfico amazônico, especialmente aquelas

oriundas da Bolívia e do Peru. Aeronaves de pequeno porte utilizam pistas improvisadas em áreas remotas da floresta para transportar drogas até pontos de apoio no território brasileiro. Embora esse modal envolva maiores riscos, ele possibilita o deslocamento rápido de grandes cargas, reduzindo o tempo de exposição das organizações criminosas às ações repressivas. Pesquisas indicam que, diante do fortalecimento da interdição aérea, parte dessas operações passou a ser redirecionada para os rios, sem, contudo, eliminar o uso estratégico das rotas aéreas clandestinas (PEREIRA; PUCCI; SOARES, 2025).

Observa-se o crescimento do fenômeno denominado “narcofluvial”, caracterizado pelo uso intensivo e sistemático das hidrovias amazônicas como principal eixo logístico do narcotráfico. Esse fenômeno envolve não apenas o transporte da droga, mas também a estruturação de redes de apoio locais, incluindo comunidades ribeirinhas cooptadas, embarcações adaptadas e mecanismos sofisticados de ocultação.

O fortalecimento do narcofluvial revela a capacidade de reorganização das redes criminosas diante das estratégias estatais de repressão, reforçando a centralidade da Amazônia no cenário do tráfico internacional de drogas e os desafios permanentes para o controle efetivo desse território (PEREIRA; PUCCI; SOARES, 2025).

3.5 Políticas Públicas e Estratégias de Combate

O enfrentamento ao narcotráfico na Amazônia brasileira demanda políticas públicas integradas, capazes de articular ações repressivas, inteligência estratégica e presença territorial do Estado em uma região marcada por extensas fronteiras internacionais, baixa densidade institucional e elevada complexidade logística. Estudos recentes indicam que a eficácia das estratégias de combate depende da coordenação entre diferentes órgãos de segurança e defesa, bem como do uso combinado de tecnologias de monitoramento e operações permanentes em áreas críticas (MONTEIRO; GAMA, 2025).

3.5.1 Operações Integradas (polícia federal, exército, marinha e forças armadas)

As operações integradas envolvendo a Polícia Federal, o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e demais Forças Armadas constituem um dos principais instrumentos do Estado no combate ao narcotráfico na Amazônia. Essas ações têm como objetivo reforçar a presença estatal em áreas de fronteira e desarticular redes criminosas que utilizam rotas transnacionais para o escoamento de drogas. Segundo Monteiro e Gama (2025), a integração entre forças

policiais e militares amplia a capacidade operacional do Estado, sobretudo em regiões onde a logística e o acesso territorial dificultam ações isoladas de repressão.

Operações como a série Ágata, coordenadas pelo Ministério da Defesa, demonstram que a atuação conjunta permite maior controle de áreas estratégicas, ainda que seus efeitos sejam frequentemente temporários diante da capacidade de adaptação das organizações criminosas.

3.5.2 Bases Arpão: Resultados e Limitações

As Bases Fluviais Arpão I e II representam uma estratégia inovadora no policiamento das hidrovias amazônicas, especialmente na calha do rio Solimões, considerada um dos principais corredores do narcotráfico no país. De acordo com Monteiro e Gama (2025), o modelo das Bases Arpão, ao integrar forças estaduais, federais e militares em estruturas flutuantes permanentes, tem produzido resultados significativos, como apreensões expressivas de drogas e a prisão de integrantes de organizações criminosas.

No entanto, os referidos autores ressaltam que essas bases enfrentam limitações estruturais, como altos custos de manutenção, dependência de recursos tecnológicos avançados e dificuldades de sustentação contínua em longo prazo. A ausência de políticas complementares de caráter social e econômico tende a reduzir o impacto duradouro dessas iniciativas sobre a

Localizações das principais Bases Arpão: Base Arpão I: no rio Solimões, entre os municípios de Coari e Tefé, atuando sobre uma das principais rotas fluviais do tráfico na Amazônia; Base Arpão II: no rio Negro, próximo ao município de Barcelos, abrangendo também áreas como Novo Airão e Santa Isabel do Rio Negro; Base Tiradentes: reforça a atuação na calha do Alto Solimões, entre Tefé e Santo Antônio do Içá, chegando até o município de Japurá; Base Paulo Pinto Nery: localizada em Itacoatiara, com atuação na calha dos rios Amazonas e Madeira, incluindo municípios como Maués, Borba, Parintins e outras localidades ao longo desses rios; Base Arpão III: inaugurada em Coari com estrutura reforçada para apoiar operações integradas de segurança em diversos pontos da calha do Solimões.

Essas bases funcionam como postos fluviais de policiamento permanente e suportam operações integradas entre forças estaduais e federais, incluindo Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Força Nacional e Marinha do Brasil, com o objetivo de abordar embarcações, prevenir crimes e dificultar a movimentação de drogas e outras mercadorias ilícitas nas hidrovias amazônicas.

3.5.3 Inteligência e Monitoramento (CENSIPAM, Satélites e Radares)

A utilização de inteligência e monitoramento tecnológico constitui um eixo central das estratégias contemporâneas de combate ao narcotráfico na Amazônia. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) desempenha papel fundamental ao integrar dados provenientes de satélites, sensores remotos e sistemas de radar, permitindo o acompanhamento de atividades suspeitas em áreas de difícil acesso.

Estudos indicam que o uso de tecnologias de sensoriamento remoto amplia significativamente a capacidade de detecção de rotas clandestinas, pistas ilegais e deslocamentos associados ao tráfico de drogas, sobretudo em regiões cobertas por densa vegetação (BRASIL; UNODC, 2019). Apesar desses avanços, a efetividade da inteligência depende da integração dos dados com ações operacionais e da capacidade institucional de resposta rápida às informações geradas.

3.5.4 Gargalos: Logística, Fronteiras e Baixa Presença Estatal

Mesmo diante dos avanços tecnológicos e operacionais, persistem gargalos estruturais no combate ao narcotráfico na Amazônia. A vasta extensão territorial, aliada à porosidade das fronteiras e à limitada presença permanente do Estado, dificulta a fiscalização contínua e favorece a reconfiguração constante das rotas ilícitas. Estudos do Ipea apontam que a carência de infraestrutura logística, comunicação precária e escassez de recursos humanos especializados comprometem a sustentabilidade das ações repressivas na região (IPEA, 2024).

Ademais, a fragmentação institucional e a dificuldade de coordenação entre diferentes níveis de governo ampliam as vulnerabilidades exploradas pelas organizações criminosas, que se adaptam rapidamente às mudanças no ambiente repressivo.

3.5.5 Possíveis Melhorias e Caminhos Futuros

O fortalecimento das políticas públicas de combate ao narcotráfico na Amazônia exige a adoção de estratégias de longo prazo que articulem repressão qualificada, inteligência integrada e políticas de desenvolvimento regional. A literatura aponta que a ampliação da cooperação internacional, especialmente com países da Pan-Amazônia, é fundamental para o enfrentamento de redes criminosas transnacionais (UNODC, 2025).

Importante destacar que investimentos contínuos em tecnologia, capacitação de agentes públicos e fortalecimento da presença estatal em áreas vulneráveis podem reduzir a

dependência de ações pontuais e aumentar a resiliência institucional. Dessa forma, o combate ao narcotráfico deve ser compreendido como uma política de Estado permanente, orientada por evidências empíricas e integrada a estratégias mais amplas de governança territorial.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a dinâmica do narcotráfico na Amazônia brasileira, com ênfase nas rotas utilizadas, na atuação das organizações criminosas e nas estratégias estatais de combate implementadas nas últimas décadas.

Ao longo do estudo, evidenciou-se que a Amazônia ocupa posição central no cenário do tráfico internacional de drogas, sobretudo da cocaína, em razão de sua localização estratégica, da complexa malha hidrográfica e da porosidade das fronteiras com países produtores. Esses fatores estruturais contribuem para a consolidação de rotas ilícitas fluviais, terrestres e aéreas, que se reconfiguram continuamente em resposta às ações repressivas do Estado.

A análise das rotas contemporâneas demonstrou que os rios amazônicos, especialmente o eixo Solimões–Japurá, permanecem como os principais corredores logísticos do narcotráfico, evidenciando o fortalecimento do fenômeno do narcofluvial. Paralelamente, observou-se a integração dessas rotas com corredores terrestres que conduzem a droga para outras regiões do país, em especial o Nordeste, bem como a manutenção de rotas aéreas clandestinas provenientes da Bolívia e do Peru. Tais estratégias revelam a elevada capacidade adaptativa das organizações criminosas, que combinam diferentes modais de transporte para reduzir riscos e maximizar lucros.

Quanto às políticas públicas e estratégias de enfrentamento, o estudo apontou avanços relevantes, como a intensificação das operações integradas entre forças policiais e militares, a implementação das Bases Fluviais Arpão e o uso crescente de tecnologias de inteligência e monitoramento, coordenadas por instituições como o CENSIPAM. Essas iniciativas têm produzido resultados significativos no curto prazo, como apreensões expressivas de drogas e desarticulação de estruturas criminosas. Contudo, também foram identificadas limitações importantes, relacionadas à sustentabilidade operacional, aos altos custos logísticos e à insuficiência de presença estatal permanente em áreas estratégicas da Amazônia.

O enfrentamento ao narcotráfico na Amazônia não pode se restringir a ações repressivas pontuais, sendo imprescindível a adoção de políticas públicas integradas e de longo prazo. O

fortalecimento da cooperação internacional, o investimento contínuo em inteligência e tecnologia, a ampliação da presença do Estado e a implementação de políticas socioeconômicas voltadas às populações vulneráveis emergem como caminhos fundamentais para reduzir a influência das organizações criminosas na região.

Por fim, este trabalho contribui para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o narcotráfico na Amazônia, ao sistematizar estudos recentes e indicar a necessidade de pesquisas futuras que articulem segurança pública, desenvolvimento regional e governança territorial como dimensões indissociáveis no combate ao crime organizado transnacional.

REFERÊNCIAS

ALVES DE SOUZA, Vando; REBOUÇO ASSEM, Glória; MARIA DA SILVA CURSINO, Alcirene. Organizações criminosas, territórios e tráfico na Amazônia Legal. *Revista GeoTransfronteiriça*, v.9, n.3, p.01-15, 2025.

BRASIL; UNODC. UNODC e governo federal estudam parceria para combate ao cultivo de drogas na fronteira amazônica. *Nações Unidas no Brasil*, 2019.

BALIEIRO, Luiz Felipe de Vasconcelos Dias. Narcotráfico na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia: características e formas de combate. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

COUTO, Aiala Colares. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. *Revista GeoAmazônia*, v. 11, n. 22, p. 46-67, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desafios da segurança pública nas fronteiras amazônicas. Brasília: Ipea, 2024.

JACARANDÁ, Rodolfo. A Cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico. *Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte*, Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 81-90, jan. 2024.

LASMAR, Jorge M.; SINGH, Rashmi. Da origem ao destino: policriminalidade e a complexa rede de fluxos ilícitos pelo Brasil. *Revista do Sistema Único de Segurança Pública*, v. 3, n. 1, p. xx-xx, 2025.

MAGALHÃES, Ronaldo de Souza. Escolas sitiadas: os impactos do tráfico de drogas nas escolas públicas de Manaus. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Apreensão de Drogas e corredor ilegal da Amazônia. *Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID*, 2025.

MONTEIRO, Túlio Diego de Almeida; GAMA, Arnaldo Costa. Policiamento fluvial integrado e cooperação em segurança pública na Amazônia: o combate ao crime organizado no Estado do Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, 2025.

NETTO, Roberto Magno Reis et al. O Pará e a Rota Rio Solimões diante das dinâmicas do tráfico internacional de cocaína. *Revista GeoAmazônia*, v. 13, n. 25, p. 364-385, 2025.

NICOLAI, Felipe Lopes Villela. O tráfico internacional de cocaína oriundo da América Andina: uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro. 2025. Dissertação (Mestrado em Segurança e Defesa Nacional) – Escola Superior de Guerra.

PEREIRA, Leila; PUCCI, Rafael; SOARES, Rodrigo R. Aterrizando na água: Interdição aérea, tráfico de drogas e violência na Amazônia Brasileira. *Notas de políticas públicas, Amazônia 2030*, 2025.

RIBEIRO, Larissa Agostinho. A logística do narcotráfico na bacia do rio Amazonas: o impacto na securitização da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022

RODRIGUES, Umberto Ramos. Tráfico de entorpecentes na Amazônia: identificando caminhos e rotas vulneráveis. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos) — Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023

ROSAS NETO, Edson. Nos limites da jurisdição: o papel do Poder Judiciário frente à atuação das organizações criminosas na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Cooperação regional e combate ao crime organizado transnacional na Amazônia. Brasília, 2025.